

Industrialização e modernidade no pós-guerra: a trajetória e as técnicas de propaganda da Agabê em Franca (SP).

RODRIGO MATEUS SILVA*

Com o fim da Segunda Guerra Mundial abriu-se para o conjunto das economias capitalistas uma era de desenvolvimento, denominada pela Historiografia como “Era de Ouro do Capitalismo” (HOBSBAWM, 2009). Desta forma, segundo o autor a economia capitalista passou por transformações sem precedentes em sua história, atingindo principalmente o conjunto das economias desenvolvidas (2009: 253-255).

Segundo o autor, a economia americana continuou a crescer no pós-guerra a taxas semelhantes encontradas durante a Segunda Guerra Mundial. Mesmo dominando a economia mundial durante o período os Estados Unidos não apresentaram taxas de crescimento superiores daquelas encontradas em outras economias do Velho Mundo.

Para os países envolvidos diretamente no conflito mundial, ou seja, aqueles que sofreram os impactos destrutivos da guerra a prioridade era o restabelecimento dos padrões encontrados antes do início do conflito. Diante da realidade encontrada na Europa e no Japão a reconstrução das economias era entendida como uma medida capaz de evitar qualquer revolução de caráter social. Na década de 1960 a Europa Ocidental atingiu níveis de desemprego próximos aos 1,5%, o que caracteriza a região como detentora de índices de pleno emprego, ou seja, “uma sociedade de riqueza *popular*¹” (HOBSBAWM, 2009: 254).

Neste contexto do pós-guerra e a Guerra Fria se projetando no horizonte geopolítico mundial, diversas críticas ao Capitalismo não tardaram aparecer. Neste período as economias centrais procuraram, em primeiro lugar, estabelecer reformas no capitalismo, promovendo sua reestruturação ao passo que a globalização e a internacionalização da economia mundial avançavam.

A reestruturação do capitalismo promoveu, portanto, uma nova versão ao antigo sistema, na qual caberia ao Estado a função de planejar a modernização econômica, o que conferiu à “Era de Ouro” a democratização do mercado. O resultado deste processo

* Doutorando em História pela UNESP-Franca, professor do Ensino Médio da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo.

¹ Grifo do autor.

seria, então, a promoção do estado de Bem Estar Social e o aumento substancial do consumo, com a criação de um mercado consumidor de massa para produtos de luxos (HOBSBAWM, 2009: 264).

Tal orientação dada ao sistema capitalista, de acordo com Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello (2005: 646), ocorreu no momento em que a economia capitalista mundial passava pelos “trinta anos gloriosos”, ou seja,

[...] um *momento muito peculiar, de um momento verdadeiramente excepcional*² de sua história. Todos os homens e mulheres dos países desenvolvidos haviam sentido na carne os efeitos do capitalismo sem freios, descontrolado: as duas guerras mundiais, a crise de 29, os horrores do nazi-fascismo (MELLO, NOVAIS, 2005: 646).

Diante de tal quadro, as críticas ao Liberalismo e ao capitalismo sem controle se acentuaram e qualquer modelo econômico que fugisse àquele estabelecido pela “economia mista” passaria a ser rejeitado. Percebia-se, desta forma, que qualquer recusa em reformar o capitalismo implicaria em assumir amplos ricos políticos, pois foi justamente a Grande Depressão que levou à ascensão de Hitler na Alemanha e no contexto da Guerra Fria o comunismo soviético poderia avançar “[...] para o oeste sobre as ruínas das economias capitalistas que não funcionavam” (HOBSBAWM, 2009: 266-269).

Fundamental era, por sua vez, para os conservadores, socialistas, comunistas ou trabalhistas reformular o capitalismo com o objetivo de “[...] neutralizar seus efeitos destrutivos, abrindo caminho, nos países desenvolvidos, para o crescimento econômico sustentado e para políticas de reforma social, e, na periferia, para a industrialização” (MELLO, NOVAIS: 646, 647).

Quanto à internacionalização da economia e aos avanços da globalização observa-se que os efeitos da reestruturação do capitalismo promoveram, segundo Hobsbawm (2009: 264) uma multiplicação da “[...] capacidade produtiva da economia mundial, tornando possível uma divisão de trabalho internacional muito mais elaborada e sofisticada”. Neste sentido Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello (2005: 647) defenderam que a reestruturação internacional da economia capitalista promoveria também a industrialização de regiões situadas na periferia do Capitalismo internacional.

Os efeitos da “Era de Ouro” do Capitalismo internacional também apareceram no Brasil, pois, com

[...] o fim da Segunda Guerra Mundial, por 15 anos, a taxa média anual de

² Grifo do autor.

crescimento do PIB do Brasil foi um dos maiores do mundo. Esta economia expandia-se a um ritmo superior ao de qualquer outro país latino-americano, sendo superado no Ocidente apenas pela Alemanha e no Oriente pelo Japão e pelas ainda pequenas da Coreia do Sul e de Taiwan (EARP; PRADO, 2007: 209).

Mudanças econômicas, transformações na sociabilidade e na vida cotidiana aconteceram. O processo intenso de industrialização incentivou as migrações, sobretudo para as cidades, acelerando o ritmo da urbanização (NOVAIS, MELLO, 2005: 560-561).

No contexto central do pós-guerra os antigos impérios coloniais se desfizeram e o desenvolvimento econômico passou a ser a palavra de ordem para as novas nações, fruto da descolonização na Ásia ou na África ou, até mesmo, para nações pertencentes à periferia do capitalismo internacional, como foi o caso da América Latina (GUIMARÃES, 2001: 157-158).

No centro da economia mundial capitalista destacavam-se neste novo contexto os Estados Unidos, cujo ideal não seria mais a conquista de novos territórios, mas a conquista de novos mercados. O antigo centro da economia capitalista, a Europa, esperava reconstruir suas economias, mas que o desenvolvimento ocorresse segundo os padrões da social-democracia: uma política de bem estar social, cujo objetivo seria conter as desigualdades sociais (GUIMARÃES, 2001: 158).

Já no chamado Terceiro Mundo, defende Guimarães (2001: 157-159), a descolonização, o nacionalismo econômico e o planejamento estariam presentes, juntamente com o ideal de crescimento econômico, que levaria à “[...] redução das desigualdades intra e internacionais”. No entanto, na nova realidade bipolar os Estados Unidos, cujos planos de crescimento e expansão econômicos exigiriam do mundo subdesenvolvido abertura de suas fronteiras, viam a necessidade de combater tanto a ameaça de expansão do socialismo, quando o desenvolvimento interno do nacionalismo na periferia. Assim, descolonização, planejamento econômico e desenvolvimento eram possíveis no mundo bipolar, mas o nacionalismo econômico era um empecilho, que os estadunidenses necessitariam combater caso quisessem promover sua política de expansão econômica.

No caso brasileiro a descolonização não foi uma questão pontual no pós-guerra, no entanto, o desenvolvimento econômico e a manutenção de políticas públicas de industrialização e crescimento foram verificados no período. Justamente o que

aconteceu na década de 1950 foi um crescimento econômico, que fornecia, nas palavras de Novais e Mello (2005: 560),

[...] a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna. [...] Na década dos anos 50, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos. [...] De 1967 em diante, a visão de progresso vai assumindo uma nova forma de uma crença na modernização, isto é, de nosso acesso iminente ao “Primeiro Mundo”.

Segundo os autores, esse período assistiu a mudança nos hábitos de consumo dos brasileiros, sobretudo daqueles que viviam nas regiões urbanas, ou que para ela se deslocassem. Os novos padrões de produção e consumo aproximaram daqueles encontrados nos países desenvolvidos. A produção nacional não se concentrava apenas na fabricação de bens de capital, como a indústria do aço, do alumínio, o setor petrolífero ou os investimentos em infra-estrutura de transportes e comunicação.

Em Franca o processo de modernização ganhou impulso a partir de meados da década de 1940 e prosseguiu durante a segunda metade do século XX (BARBOSA, 1998: 19). A partir deste momento, passou-se a viver no município, de forma cada vez mais contundente, as transformações nas relações sociais. A consolidação da indústria calçadista local impunha, conseqüentemente, novas relações entre o capital e o trabalho, da mesma forma que ocorrera antes em outros centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro no transcorrer da década de 1930. Neste momento o país encontrou-se envolvido em um “movimento” que mudou os rumos de sua história e tornou possível a largada rumo à modernização (VIANNA, 2001: 128-129).

Expressou-se, desta forma, a existência, ainda de acordo com Luis Verneck Vianna (2001: 113), de um distanciamento “crescente entre a natureza da República Oligárquica e a nova sociedade civil, demandante de mudanças político-institucionais e culturais, o que, por si só, já caracterizava uma crise no sistema da ordem”.

Em *Migrantes Mineiros em Franca*, Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia (1997) enfatiza as transformações ocorridas no país depois de 1930:

O período da história do Brasil iniciado no pós 1930 trouxe consigo uma nova face para a sociedade brasileira que, abandonando suas características tradicionais, assumiu outra realidade baseada no crescimento das cidades, na industrialização e na migração das populações rurais (GARCIA, 1997: 18).

A partir de 1945 a indústria calçadista de Franca encontrava-se em processo de expansão, trazendo reflexos para as condições urbanas do município. Assim, sob o

impacto causado pela Segunda Guerra Mundial, as atividades da cafeicultura e da pecuária começaram a perder terreno para a indústria de calçados (BARBOSA, 1998: 34), sendo que a cafeicultura já vinha sofrendo com os efeitos da crise de 1929 (TOSI, 2003: 196).

As pequenas oficinas existentes na cidade buscavam, durante a guerra, converter a produção de calçados rústicos, destinados a trabalhadores rurais, em calçados de melhor trato, devido a ausência do produto no mercado interno, provocada pelo conflito internacional (TOSI, 2003: 145-147). Desta forma, as oficinas acabaram superadas por fábricas de médio e grande porte (VILHENA, 1968: 68), num ativo processo de mecanização da produção.

Os capitais locais, até então envolvidos na atividade cafeeira, direcionaram-se para o setor industrial, contribuindo com desenvolvimento do parque industrial calçadista. O complexo industrial francano contemplou, neste momento, diversos ramos industriais, que serviam de suporte a atividade couro-calçadista, como a indústria curtumeira, de solados de borracha e também de fabricação e assistência a maquinários de calçados (TOSI, 2003: 242-247).

A industrialização no Brasil conheceu um grande período de expansão a partir da década de 1930, tendo o Estado como impulsionador deste processo. No entanto, já durante a Primeira República, o Brasil começava a se transformar com o desenvolvimento da industrialização nos principais centros urbanos, o incremento da urbanização, a formação de um contingente urbano, que empregava sua força de trabalho em novas atividades econômicas como a indústria e o setor de serviços.

Consequentemente ocorreu a formação do operariado urbano, que pouco a pouco, diante do alto grau de exploração que o processo de acumulação de capitais exigia, começou a reivindicar direitos, melhores condições de vida e maior participação nos rumos políticos do país.

Coube assim, ao poder público incentivar as empresas privadas, implementar as indústrias de base e intermediar as questões referentes à expansão das lutas do movimento operário pela conquista de novos direitos (GARCIA, 1997: 21).

A indústria e o consumo também se orientaram, entretanto, para a economia doméstica: a indústria alimentícia, a transformação dos padrões de higiene e beleza, a padronização do vestuário e dos calçados, etc. O comércio também se modificou com o

surgimento das grandes redes de supermercados, comércio varejista e os shoppings center (NOVAIS; MELLO, 2005: 560-574).

Com a intensificação da industrialização no Brasil a cidade de Franca também foi alvo de transformações radicais. Apesar de afastada

[...] dos grandes centros urbanos de produção industrial e mesmo do poder, a cidade de Franca apresentou um desenvolvimento urbano e industrial considerável a partir da década de 1950. Sua indústria tradicional de couros e calçados teve um papel muito importante nesse processo que modificou essencialmente a paisagem urbana em poucas décadas (GARCIA, 1997: 34).

Inicialmente, ocorreu um crescimento acelerado da população urbana, quando novos indivíduos de origem rural, sobretudo mineiros (GARCIA, 1997: 40), chegavam à cidade em busca de empregos, os quais as fábricas ofereciam. Posteriormente a consolidação do operariado urbano alterou a vida política e as relações sociais no município (BARBOSA, 1998: 37).

O desenvolvimento da indústria couro-calçadista em Franca incentivou, portanto, o desenvolvimento da urbanização no município, sobretudo com a chegada expressiva de migrantes das regiões adjacentes e das demais áreas rurais de Minas Gerais, que buscavam os postos de trabalho proporcionados pelo desenvolvimento fabril (GARCIA, 1997: 40).

A tabela 1 mostra o incremento quantitativo e percentual dos habitantes que viviam na área urbana e rural do município de Franca entre os anos de 1940 e 1980.

Tabela 1: População urbana e rural de Franca (1940-80):

<i>Município de Franca (1940-80)</i>					
Censo	Rural	%	Urbano	%	Total
1940	31.652	56,83	24.038	43,17	55.640
1950	24.575	45,94	28.910	54,06	53.485
1960	18.877	27,75	49.150	72,25	68.027
1970	6.761	7,22	86.852	92,78	93.613
1980	4.875	3,82	143.640	96,18	148.505

FONTE: FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censos Demográficos: Série Regional – São Paulo (1940-80). In GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. Migrantes Mineiros em Franca: memória e trabalho na cidade industrial (1960-80). Franca, 1997, p.40.

Foi, assim neste contexto, que em 19 de agosto de 1945 Hugo Bettarello, aos 29 anos de idade, iniciou as atividades fabris do estabelecimento, que futuramente viria a

ser a Indústria de Calçados Agabê, contando naquele momento com a produção diária de 100 pares de calçados e um total de 20 funcionários (DONADELLI, 2003: 61).

A instalação e a trajetória da empresa se desenvolveram em diversas conjunturas, também sendo difusas as políticas econômicas e de industrialização empreendidas pelos governos brasileiros no período. Quando a fábrica foi instalada e suas atividades se iniciaram as indústrias já eram uma realidade concreta no município, existindo um “entusiasmo pelo ritmo de industrialização que marcava a cidade em meados da década de 1940” (BARBOSA, 1998: 34).

No entanto, na interpretação de Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello (2005: 574-) em meados do século XX havia ainda no Brasil a concepção que dividia o país em duas faces: a primeira era de um país que ainda apresentava-se como rural, desprovido dos hábitos e padrões de consumo conferidos pelo capitalismo industrial. Apresentava uma realidade que enxergava no contexto urbano uma aspiração de oportunidade de vida e de trabalho.

Havia ainda, segundo os autores, o Brasil urbano, que apesar de ter suas origens localizadas anteriormente ao processo intenso de industrialização, se desenvolvia consideravelmente e se estruturava nesse novo contexto de expansão do capitalismo. No entanto, não havia reciprocidade na imagem feita pelos habitantes do mundo urbano, quando voltavam seus olhares para a realidade rural.

Boa parte das concepções que se fazia do campo esteve relacionada ao estado de pobreza e miséria, na qual seus habitantes estavam mergulhados. Os estereótipos criados acerca da população campesina, que lhe conferia adjetivos pejorativos estiveram ligados às condições de vida dessa população.

Nas regiões rurais o estado de miséria era constante, sendo que a incorporação dos novos hábitos de consumo, conferidos pela sociedade industrial, ainda estariam longe de ser uma realidade concreta. Encontrava-se a família morando

[...] numa casa de taipa apertada, muito poucas de tijolos, chão de terra, telhado de sapé, algumas de telha, um ou outro móvel [...] Em geral, todos mal alimentados, alguns desnutridos: comiam arroz, feijão ralo, café, também ralo, farinha de milho ou a de mandioca [...] Todos descalços, um ou outro possuindo uma bota ou uma alpargata, as crianças nuas ou só de calçãozinho, barrigudas, cheias de vermes (NOVAIS; MELLO, 2005: 577, 578).

As oportunidades de trabalho estariam colocadas no meio urbano. E neste novo contexto urbano industrial a penetração do capitalismo e seus novos valores

modificaram consideravelmente a concepção de trabalho. Assim, para o Brasil a modernidade permitiu uma mudança significativa na percepção do trabalho. O trabalho não seria mais investido pelo mesmo sentido que lhe era conferido durante a escravidão. Na visão e nos valores do capitalismo o trabalho passaria a contar como fator que traz dignidade, na medida em que se apresentava “[...] como meio de obtenção do conforto material” (NOVAIS; MELLO, 2005: 605, 606).

Ângela de Castro Gomes (Cf. GOMES, 2005: 175-188) também discutiu essa mesma questão, embora numa perspectiva diferente. Em “A invenção do trabalhismo” a autora colocou que a partir da institucionalização do Estado Novo assistiu-se no Brasil o nascer de um pacto social, que vinculou diretamente dois atores políticos: o Estado e a classe trabalhadora. No centro desta interlocução estavam a legislação social e os direitos trabalhistas, que norteavam o ideal de cidadania para o período. O trabalho, mas acima de tudo ser trabalhador, conferia status privilegiado ao segundo interlocutor. Assim, depois do Estado Novo a concepção em torno do trabalho mudou, no qual se passou a imperar “a lógica do ‘Quem Tem Ofício Tem Benefício’”. O trabalhador passaria a ter o devido reconhecimento, por meio dos direitos sociais, por seu trabalho na construção e desenvolvimento da nação.

Portanto, no momento de expansão do capitalismo internacional assistiram-se claramente seus reflexos alcançar as regiões denominadas de periferia do capitalismo. No Brasil a Historiografia trabalha com a noção que as mudanças levariam ao desenvolvimento da modernidade. Ou seja, não haveria apenas um esforço para a modernização material da sociedade, mas um empenho crescente para o abandono de um estilo de vida relacionado com o passado rural e dos valores alicerçados com a tradição escravista brasileira. Mesmo levando em consideração a diversidade do regionalismo brasileiro desponta-se em várias partes do país um discurso de incentivo para o abandono das tradições que comprometeriam as transformações ligadas à modernidade. Assim, valores e hábitos de vida estariam em constante questionamento para a devida implementação da modernidade.

No contexto aqui apresentado encontra-se na cidade de Franca, em processo de desenvolvimento de sua indústria local e a conseqüente urbanização, a formação de um discurso que sustente a modernização material e o desenvolvimento econômico, no repúdio de todas as práticas consideradas atrasadas ou contrárias ao progresso. No

entanto, tais transformações não se restringiram à modernização da estrutura material, pois vieram comprometidas com alterações sociais mais relevantes e profundas. Em um constante compromisso com os novos valores, afinados com uma nova ordem social, as características do contexto que a cidade de Franca vivia em meados do século XX podem ser demonstrados a partir da análise da seguinte gravura: um cartaz de propaganda idealizado pela Indústria de Calçados Agabê.



FONTE: Indústria de calçados Agabê.

Esse cartaz não se apresenta apenas como material de propaganda. Ele pode evidenciar aspectos da cultura local, que circulavam na cidade no momento de sua produção. Vale lembrar que a Indústria de Calçados Agabê foi criada em 1945, momento de grandes transformações em escala internacional, nacional, que tiveram reflexos nos diversos contextos regionais, incluindo a cidade de Franca.

Desta forma, observamos a partir da farta historiografia utilizada, que as transformações do pós-guerra levaram à reformulação do capitalismo. Conseqüentemente permitiram um farto crescimento econômico nos países desenvolvidos, conjuntamente com uma nova divisão do trabalho, que levaria ao crescimento e possibilidade de industrialização para as economias periféricas do capitalismo internacional. Assim, no Brasil o pós-guerra representou um período de farta industrialização somado ao crescimento da economia.

Tais alterações permitiram a reorientação da produção e do consumo, com a presença de novos valores e práticas de condutas relacionadas ao estilo de vida do capitalismo, abriram, portanto, o caminho para o país buscar a modernidade.

Na imagem encontramos a presença de dois elementos presentes nos debates a cerca da modernização do país: elementos que representam o atraso (o caipira do campo

descalço) e o outro, o progresso da modernidade, sendo projetado para o cidadão migrante, que agora passou a viver calçado.

Na idéia do autor da propaganda nas projeções do caipira e do migrante apresentam-se a vida de um ex-morador da região rural, que agora se inseriu nas redes de consumo, deixando de lado qualquer sinal de identificação com o passado, que deveria ser deixado para trás. Tal material de propaganda ajuda a perceber o presente momento, com a contribuição das reflexões de Antônio Cândido.

Em “Os Parceiros do Rio Bonito” o autor realiza algumas reflexões em torno dos temas de cultura tradicional e as alterações no presente modo de vida de sujeitos que deixaram o campo em busca de novas oportunidades nas cidades. Assim, o autor destaca a influencia da economia de mercado na alteração da forma de vida inicial dos camponeses e como o mercado e o consumo podem promover tais transformações. Nas palavras do autor (1979: 165), então, a

[...] marcha da urbanização em São Paulo está ligada ao progresso industrial e conseqüente abertura de mercados; daí a penetração em áreas rurais, de bens de consumo até então menos conhecidos ou, na maioria, desconhecidos. Surgem assim, para o caipira, necessidades novas, que contribuem para criar ou intensificar os vínculos com a vida das cidades [...]. Doravante ele compra cada vez mais, desde a roupa e os utensílios até alimentos e bugigangas.

Deste modo, o princípio de modernização material está presente com o incremento da industrialização e com o êxodo rural, que a atividade industrial promoveu. No entanto, as transformações não pararam apenas neste ponto, pois com a modernização material veio acompanhadas também práticas sociais e valores, que não faziam parte do universo das culturas tradicionais dos habitantes do campo. Junto com a migração podemos perceber a emergência ou a modificação de uma cultura, que deixa de ser definida, por hora, pelos critérios tradicionais para dar espaço a um modo vida alicerçado nos valores do mercado.

Assim como Novais e Mello nos lembram na metade do século XX diversas regiões do Brasil são apresentadas ao mundo do consumo e as novidades da vida moderna, no entanto, não pararam apenas nos quesitos da modernização ou no progresso da estrutura material. Abriram espaços para afirmação da modernidade, na medida em que valores de mercado puderam ser apreendidos por tais sujeitos e que essas novas concepções adentraram como valores permanentes na sociedade. Foram, portando, colocados na sociedade de consumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

AGGIO, Alberto. BARBOSA, Agnaldo de Sousa. COELHO, Hercídia Mara Facuri. **Política e sociedade no Brasil: (1930-1964)**. São Paulo: Annablume, 2002.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. A vida política e marcha para o progresso: Franca a partir de 1945. In COELHO, Hercídia Mara Facuri. **Histórias de Franca**. Franca: UNESP, 1997.

_____. Empresário fabril e desenvolvimento econômico: empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado (FRANCA, 1920-1990). Araraquara, 2004. Tese (Doutoramento), Faculdade de Ciências e Letras.

_____. **Política e modernização em Franca: 1945-1964**. Franca: UNESP, 1998.

BENTIVOGLIO, Julio. **Trajetória urbana de Franca: centro (1805-1995)**. Franca: Prefeitura Municipal: Fundação Mário de Andrade, 1996.

CANDIDO, Antonio. Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

CHIACHIRI FILHO, José. **Do sertão do Rio Pardo à vila Franca do imperador**. Ribeirão Preto: Ribeira Gráfica, 1986.

COELHO, Hercídia Mara Facuri. A voz da cidade: espaço urbano e política nos depoimentos dos francanos. In _____. **Histórias de Franca**. Franca: UNESP, 1997.

DONADELLI, Jorge Félix (Coord.) Vila Franca dos italianos. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2003.

EARP, Fábio de Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagra” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge (Org.) **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na belle époque paulista**. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

FUNDAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos: série regional de São Paulo: recenseamento de 1940**.

_____. **Censos Demográficos: série regional de São Paulo: recenseamento de 1950**.

_____. **Censos Demográficos: série regional de São Paulo: recenseamento de 1960**. GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. **Migrantes e mineiros em Franca: memória e trabalho na cidade industrial (1960-1980)**. Franca: Unesp, 1997.

GUIMARÃES, César. Vargas e Kubitschek. A longa distância entre a Petrobras e Brasília. In CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da Republica, 2001.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo Industrial de 1950**. Rio de Janeiro. 1958.

MELLO, João Manuel Cardoso de. , NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In SCHWARCZ, Lilia Mortiz **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea, v. 04. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. **Economia e história em Franca**: século XIX. Franca: UNESP, 1997.

PATARRA, Neide L. Dinâmica populacional e urbanização do Brasil: o período pós-30. In FAUSTO, Boris (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, t. 3.

SILVA, Ana Maria Vieira Mariano da. As indústrias calçadistas de Franca nos anos 70. **Estudos de História**, Franca, v.6, n.1, p.55-66, 1999.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

TOSI, Pedro Geraldo, **Capitais no interior**: Franca e a industria couro calçadista (1860-1945). Franca: Unesp, 2003.

VIANNA, Luiz Verneck, O Estado Novo e a ampliação autoritária da República. In CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da Republica, 2001.

VILHENA. Maria Ignez de Freitas. A indústria de calçados em Franca. **Revista da FFF**, Franca, v.2, 1968.